

Transtornos alimentares; Transtornos do sono; Transtornos de adaptação e transtorno de estresse pós-traumático; Transtornos dissociativos; Transtornos da identidade e da preferência sexual; Transtornos da personalidade; Transtornos factícios, simulação, não adesão ao tratamento; Síndrome de Ganser; Retardo mental; Transtornos do desenvolvimento psicológico; Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH); Transtornos comportamentais e emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou adolescência; Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento; Transtornos Mentais causados por uma condição médica geral; Emergências psiquiátricas; Psicoterapias, Psicofarmacologia e Psicofarmacoterapia; Eletroconvulsoterapia e outras terapias biológicas Psiquiatria Forense: Responsabilidade Penal e Capacidade Civil; Exames clínicos e complementares; A LEP (Lei de Execução Penal); Classificações em Psiquiatria; Perícia e peritos. Documentos médico-legais; Perícias psiquiátricas em matéria criminal; Perícias psiquiátricas em matérias penitenciárias; Exame pericial indireto; Avaliação da periculosidade; Os exames periciais de dependência de drogas: a Lei 11.343 / 2006; A embriaguez pelo álcool e substâncias de efeitos análogos; A questão da "actio libera in causa"; Psicologia Judiciária: do testemunho, do interrogatório e da confissão; Internação Psiquiátrica voluntária, involuntária e compulsória: a Lei 10.216 - aspectos psiquiátricos legais; Direitos do doente mental; O segredo profissional e o sigilo pericial; Consentimento esclarecido em psiquiatria; Princípios bioéticos e sua aplicação em psiquiatria. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

**Bibliografia utilizada:**

Kaplan; Sadock & Grebb. *Compendio de Psiquiatria*. Editoras Artes Médicas. 7ª Edição.

Alves-Garcia J. *Psicopatologia Forense*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979;

Andrade JAG. *Psiquiatria Criminal y Forense*. Madrid: Editorial Ramón Areces, 1996;

Beauchamp TL, Childress JF. *Principles of Biomedical Ethics*. 4th ed. New York: Oxford Press, 1994;

Bloch S, Chodoff P, Green SA. *Psychiatric Ethics*. 3rd ed. Oxford: Oxford Press, 1999;

Engelhardt Jr HT. *Fundamentos da Bioética*. São Paulo: Loyola, 1998;

França GV. *Direito Médico*. 7a ed. São Paulo: Fundo Editorial BYK, 2001;

França GV. *Comentários ao Código de Ética Médica*. 2a ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1997;

Gomes H. *Medicina Legal*. 32a ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1997;

Moraes T. *Ética e Psiquiatria Forense*. Rio de Janeiro: IPUB-CUCA, 2001;

Rosner R. *Principles and Practice of Forensic Psychiatry*. 2nd ed. London: Arnold, 2003;

Simon RI, Gold LH. *Textbook of Forensic Psychiatry*. Washington: American Psychiatric Publishing, 2004;

Ribé JM, Tusquets JLM, Bartrán RP. *Psiquiatria Forense*. Barcelona: Salvat, 1990;

Taborda JGV, Chalub M, Abdalla-Filho E. *Psiquiatria Forense*. Porto Alegre: Artmed, 2004;

Rev. Bras. Psiquiatr. vol.28 suppl.2 São Paulo Oct. 2006. Disponível em: [www.scielo.br/rbpb](http://www.scielo.br/rbpb).

Appelbaum PS, Gutheil TG. *Psychiatry and the law*. 4. ed. Philadelphia, Lippincott Williams & Wilkins, 2007. 322 p.

Gomes LF: livro LEI DE DROGAS COMENTADA, ed. RT Revista dos Tribunais, 2007.

Constituição Federal de 1988 (e suas atualizações); Código Civil Brasileiro (e suas atualizações);

Código de Processo Civil Brasileiro (e suas atualizações); Código Penal Brasileiro (e suas atualizações);

Código de Processo Penal Brasileiro (e suas atualizações); Nova Lei de Tóxicos: Lei 11.343/06 (e suas atualizações)

Lei de Execuções Penais (e suas atualizações); Res CNS 196/96;

Res CNS 251/97;

Res CNS 292/99;

Res CNS 303/00;

Resoluções do CFM;

Resolução 46/119 (ONU);

Código de Nuremberg;

Declaração de Helsinque (WMA);

Declaração do Havaí (WPA).

Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09 de Setembro de 2003. - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Conhecimentos específicos (cargo Especialista em Assistência Penitenciária - área S6)

1. A atuação do profissional de psicologia no contexto judiciário. Perspectivas clínicas e institucionais. 2. Personalidade e teorias psicodinâmicas. 3. Psicopatologia: etiologia, diagnóstico e tratamento das doenças mentais. 4. O instrumento clínico de intervenção do psicólogo: entrevista, o sentido do sintoma, avaliação, prognóstico e indicação terapêutica. 5. Áreas de interesse especial: doenças ocupacionais, dependência química, deficiências físicas e mentais, psicossomatizações orgânicas, violência doméstica e sexual. 6. O processo grupal; teoria e técnicas: grupo operativo. 7. O psicólogo na equipe multidisciplinar. 8. Ética em psicologia e direitos humanos. 9. Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

**Bibliografia utilizada:**

BLEGER, J. *Temas de Psicologia - entrevista e grupos*. Col. *Psicologia e Pedagogia*. SP, Ed. Martins Fontes, 2007.

Conselho Federal de Psicologia - *Psicologia, ética e direitos humanos*. Casa do Psicólogo, SP.

Conselho Federal de Psicologia - *Código de Ética dos Psicólogos*

FREUD, Sigmund. *A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos*. V. IX, Rio de Janeiro, Imago, 1976, p.105-115.

LINDZEY, G. *Teorias da personalidade*. vol.1. SP. EPU, 1990.

KALINA, E. *Psicoterapia de adolescentes: teoria, técnica e casos clínicos*. RJ. Artmed, 1998.

MANNONI, M. *A primeira entrevista em psicanálise*. RJ. Ed. Campus, 1988.

RAPPAPORT, C. *Psicologia do desenvolvimento, vol. I - teorias do desenvolvimento*. SP, EPU, 1996.

SAIDÓN, O. *A análise institucional no Brasil*. Ed. Rosa dos Tempos.

DALGALARRONDO, PAULO. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais, 2ª parte - pg 47 à 171*, Porto Alegre: Artmed, 2000.

PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

BAREMBLITT, G. *Grupos: teoria e técnicas*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

SIDNEY SHINE. *Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

NEIVA DE CARVALHO, M.C. & MIRANDA, V. R. *Psicologia jurídica*. PR, Ed. Juruá, 2007.

Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09 de Setembro de 2003. - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Conhecimentos específicos (cargo Especialista em Assistência Penitenciária - área S7)

1) Retrospectiva histórica da Terapia Ocupacional no Brasil; 2) Conceitos e fundamentação ética e moral da Terapia Ocupacional; 3) Vínculo terapeuta x paciente: Importância no setting terapêutico; 4) Equipe Multidisciplinar: Planejamento e intervenção; 5) Aspectos históricos da reabilitação psicossocial; 6) Terapia Ocupacional: Atuação na saúde mental e psiquiatria; 7) Técnicas de avaliação no desempenho sensorial e neuromuscular; 8) Terapia Ocupacional na disfunção física; 9) Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho: DORT/LER; 10) Avaliação e aspectos funcionais e biomecânicos da mão; 11) Aplicação e indicação de órteses e próteses; 12) Intervenção da Terapia Ocupacional na neonatologia e no desenvolvimento neuropsicomotor e suas disfunções; 13) Funções e disfunções perceptivo-cognitivas; 14) Análise da atividade: Aspectos e aplicação prática; 15) Técnicas de avaliação do desempenho das atividades da vida diária; Atuação da Terapia Ocupacional na geriatria e gerontologia; 16) Métodos e técnicas de avaliação em componentes do desempenho; 17) Terapia Ocupacional e tecnologia assistiva; 18) Terapia Ocupacional na prática social. 19) Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Bibliografia utilizada:

DE PADUA, Elisabete M. M.; MAGALHÃES, Lilian V. (orgs.). *Terapia Ocupacional: Teoria e Prática*. São Paulo, Papirus, 2ª edição, 2003

FERRIGNO, Iracema S. V. *Terapia da mão*. Fundamentos para a prática clínica. São Paulo, ed.Santos, 2007

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. *Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2007

DE CARLO, Marysia M.R. do P.; Bartalotti Celina C.. *Terapia Ocupacional no Brasil*. Fundamentos e Perspectivas, 1ª edição, São Paulo, Plexus editora, 2001

LANCMAN, Selma. *Trabalho e Terapia Ocupacional*. São Paulo Editora Roca, 2004

LUZO, Maria Cândida de M.; DE CARLO, Marysia M. R. P. (orgs.). *Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e contextos hospitalares*. São Paulo, Roca, 2004

FERLAND, Francine. *O modelo lúdico. O brincar, a criança com deficiência física e a Terapia Ocupacional*. São Paulo, Roca, 2006

WILLIARD, Hellen S.; SPACKMAN, Clare S. *Terapia Ocupacional*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 9ª edição, 2006.

Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09 de Setembro de 2003. - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Conhecimentos específicos (cargo Especialista em Assistência Penitenciária - área S8)

Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social; O mundo do trabalho, a reestruturação produtiva; Questão Social e Serviço Social: o debate contemporâneo; Estado e Políticas Sociais: questões teóricas e históricas; Interdisciplinaridade; Seguridade Social e Serviço Social: LOAS e SUAS; Instrumentais para a intervenção do Serviço Social: Planejamento, Diagnóstico institucional, Pesquisa e Assessoria; Avaliação de políticas e programas sociais; Ética e Serviço Social; Política nacional de assistência social; Operacionalização e interpretações sobre a legislação do Sistema Penitenciário brasileiro; Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social; Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Bibliografia utilizada:

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988 (e suas atualizações)

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL, Presidência da República BRASIL. Decreto-lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. In: *Assistente Social: ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: CRESS, 7ª região, 2000.

Decreto-lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. In: *Assistente Social: ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: CRESS, 7ª região, 2000.

BRASIL, Presidência da República (Casa Civil). Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. Disponível em <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJC0BE0432ITE-MID962415EA0D314F48ACAFD9ED8FB27E6EPTBRNN.htm>

Decreto nº 1.093, de 3 de março de 1994, que regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), e dá outras providências. Disponível em <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJC0BE0432ITE-MID962415EA0D314F48ACAFD9ED8FB27E6EPTBRNN.htm>

BRASIL, Ministério da Justiça. *Manual de Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas*. Brasília, Nov. 2002. Disponível em [www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE-MIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE-MIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm)

Portaria nº 2.065, de 12 de dezembro de 2007, que define os procedimentos da Comissão Técnica de Classificação e dá outras providências. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm)

Portaria nº 1.190, de 19 de junho de 2008, que regulamenta a Visita íntima no interior das Penitenciárias Federais. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID3D2C78F63B9A4A76BE76130A30D43F35PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID3D2C78F63B9A4A76BE76130A30D43F35PTBRNN.htm)

Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, que fixa as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. DOU 02/12/1994.

Portaria Interministerial nº 1.777, de 9 de setembro de 2003, que aprova o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Disponível em [www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJDA8C1EA2ITE-MID114098CC7FA24F34B3B0F61C115F415DPTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJDA8C1EA2ITE-MID114098CC7FA24F34B3B0F61C115F415DPTBRNN.htm)

Resolução nº 2, de 8 de maio de 2008, que fixa diretrizes básicas para a condução de presos durante o atendimento à saúde e condições mínimas de segurança para sua realização. Disponível em [www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJDA8C1EA2ITE-MID114098CC7FA24F34B3B0F61C115F415DPTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJDA8C1EA2ITE-MID114098CC7FA24F34B3B0F61C115F415DPTBRNN.htm)

BRASIL, Ministério da Justiça (DEPEN). *Educação em Serviços Penais: fundamentos de política e diretrizes de financiamento*. Brasília, 2005. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ85F7D97EITE-MID10E516E83BBE40DCAC6E3A2CD9E1B37CPTBRRIE.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ85F7D97EITE-MID10E516E83BBE40DCAC6E3A2CD9E1B37CPTBRRIE.htm)

Manual de convênios e projetos de reintegração social. Brasília, 2005.

Portaria nº 515, de 7 de março de 2007, que cria a Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas - CONAPA. Disponível em [www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE-MIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE-MIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm)

Portaria nº 800, de 24 de abril de 2007, que aprova a Portaria do Regimento do CONAPA. Disponível em [www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE-MIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE-MIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm)

Portaria nº 120, de 19 de setembro de 2007, que disciplina a prestação da Assistência Religiosa nos estabelecimentos penais federais. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm)

Portaria nº 122, de 19 de setembro de 2007, que disciplina o procedimento de visita aos presos nos estabelecimentos penais federais e dá outras providências. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm)

Portaria nº 123, de 19 de setembro de 2007, que disciplina os objetos cuja posse é permitida pelos presos nas penitenciárias federais. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm)

Portaria nº 157, de 5 de novembro de 2007, que disciplina o procedimento da revista para acesso às penitenciárias federais. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm)

Portaria nº 38, de 10 de março de 2008, que define os procedimentos de apuração de faltas disciplinares. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm)

Histórico do Programa Nacional de Penas e Medidas Alternativas. Brasília, jul. 2008. Disponível em [www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE-MIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/Depen/data/Pages/MJ47E6462CITE-MIDF2A839578ED546609E22E2060BA1D7A0PTBRNN.htm)

(DISPF). Portaria nº 38, de 10 de março de 2008, que define os procedimentos de apuração de faltas disciplinares. Disponível em [www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ887A0EF2ITE-MID1855683E36DE43648FAAD1ED0B6D4518PTBRNN.htm)

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Um estudo sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social - fundamentos ontológicos*. São Paulo, Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social - fundamentos e história*. São Paulo, Cortez, 2006.

CADERNOS ABESS nº 7 - Formação Profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, 1997.

CADERNOS ABESS nº 8 - Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1998.

CARVALHO, R. e IAMAMOTO, M. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. Cortez, 2001.

CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. In: *Assistente Social: ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: CRESS, 7ª região, 2000.